

TRAJETÓRIAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA: RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E INSERÇÃO NO TRABALHO

Oliveira, Fábila Carvalho Faculdade de Educação /USP. Doutoranda.
fabia.co@gmail.com

Angelucci, Carla Biancha. Faculdade de Educação/ USP. Docente.
b.angelucci@usp.br

Resumo: Discute-se um recorte de tese de doutorado que analisa a dimensão educativa nas trajetórias de mulheres com deficiência rumo ao trabalho. A temática considera os desafios desse grupo evidenciados pelos dados preocupantes, como a disparidade entre as taxas de conclusão da Educação Básica: apenas 25,2% das pessoas com deficiência concluíram a Educação Básica, frente a 53,4% das sem deficiência. A taxa de participação no mundo do trabalho é de apenas 29,2% para as pessoas com deficiência. O trabalho reflete sobre as trajetórias de mulheres com deficiência, focando na dimensão educativa inerente à passagem da esfera educacional para a laboral, com especial atenção ao processo educativo que medeia esse complexo percurso de transição. É uma pesquisa qualitativa baseada em narrativas de nove mulheres com deficiência. Com enfoque teórico nos Estudos Feministas da Deficiência e nos estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho, a análise foi conduzida à luz da pesquisa emancipatória, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica para articular as categorias gênero, deficiência e trabalho, compreendendo como os marcadores da diferença produzem condições específicas. Os resultados apontam que: i) o acesso à escola comum foi determinante para a inserção laboral, ii) a escolha profissional foi, muitas vezes, pautada pela avaliação acerca da possibilidade de a deficiência ser lida socialmente como impedimento; iii) as relações de gênero orientaram para profissões lidas socialmente como femininas, interagindo com o capacitismo para produzir ampliação da discriminação; iv) as barreiras vividas na escola reproduzem-se no espaço laboral, criando uma fadiga de acesso. Conclui-se que a intersecção entre deficiência e gênero produz: confinamento a atividades subalternas e, muitas vezes, estagnação de carreira, violando o direito ao trabalho.

Palavras-chave: Deficiência. Gênero. Educação. Trabalho.

Apresentação

O presente trabalho é um recorte de pesquisa de doutorado em andamento sobre a dimensão educativa de trajetórias de mulheres com deficiência rumo ao mundo do trabalho. A temática considera a importância da discussão frente aos desafios impostos a esse grupo populacional, que podem ser exemplificados a partir dos dados levantados sobre participação no mundo do trabalho.

A caracterização sociodemográfica das pessoas com deficiência indica que 10% da população brasileira é formada por mulheres com deficiência e que 7,7% por homens com deficiência. (Brasil, 2023).

Enquanto 53,4% das pessoas sem deficiência concluíram a Educação Básica, o percentual é de 25,2% entre pessoas com deficiência. Constata-se que 63,1% das pessoas com deficiência não possuem instrução ou Ensino Fundamental completo (Brasil, 2025).

Com relação ao mundo do trabalho, apenas 5,1 milhões de pessoas com deficiência fazem parte da força de trabalho e havia 12,4 milhões fora dela. A taxa de participação¹ na força de trabalho de pessoas sem deficiência é de 66,4% da população, enquanto a de pessoas com deficiência é de 29,2% (Brasil, 2023).

As relações entre as mulheres com deficiência e o trabalho podem ser lidas a partir da sua participação no mundo do trabalho e das exclusões dele, o que implica situar a experiência da deficiência no contexto dos direitos e de suas violações (Garland-Thomson, 2005). Os dados acima permitem afirmar que mulheres com deficiência: a) são afetadas pela divisão sexual do trabalho; b) estão ainda mais alijadas que as mulheres sem deficiência.

As relações de gênero estabelecem conexões importantes para a discussão das questões relacionadas ao mundo e aos processos de trabalho, pois lançam luz sobre as desigualdades entre homens e mulheres, especialmente sobre a repartição assimétrica do trabalho (Kergoat, 2005).

¹ A taxa de participação na força de trabalho corresponde ao percentual de pessoas na força de trabalho em relação ao número de pessoas em idade de trabalhar - 14 anos ou mais (Brasil, 2023).

A divisão social do trabalho é organizada segundo o princípio da separação – há trabalhos que são considerados de homens e outros de mulheres, e o princípio hierárquico, que estipula que o trabalho de um homem vale mais do que o de uma mulher (Hirata, 2014; Kergoat, 2005).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no artigo 27, reitera os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência (Brasil, 2009). Ao politizar e historicizar as representações sobre a deficiência, os estudos feministas sobre a deficiência propõem considerar a deficiência uma categoria social de análise que permite pensar como gênero e outros sistemas como raça/cor, sexualidade, classe, vão tecendo as relações sociais, a partir de uma “complexidade da identidade corpórea” (Garland-Thomson, 2005).

Objetivos

Dedicamo-nos, aqui, a refletir sobre trajetórias de mulheres com deficiência, considerando a passagem da educação para o trabalho. Não se trata de investigar sua escolarização ou sua experiência laboral em si, mas a dimensão educativa da passagem de uma esfera - educacional - para outra - laboral.

Metodologia

Esta pesquisa qualitativa (Flick, 2009) baseia-se em trajetórias de mulheres com deficiência sobre a passagem da educação formal para o trabalho. A investigação situa-se nos Estudos Feministas da Deficiência (Garland-Thomson, 2005) e nos estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho, a partir do materialismo histórico-dialético (Hirata, 2014, 2015; Kergoat, 2007).

Foram realizadas entrevistas com nove mulheres com deficiência entre os meses de abril de 2024 e janeiro de 2025, sendo analisado seu conteúdo à luz das discussões sobre pesquisa emancipatória (Haraway, 1995)², utilizando a interseccionalidade como ferramenta de análise (Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2021)³.

² A pesquisa emancipatória privilegia a agência das mulheres enquanto sujeitos epistêmicos.

³ A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que possibilita compreender como se dá a interação entre diferentes categorias sociais.

Resultados parciais e discussão

Inicialmente, reunimos, em cada categoria (gênero, deficiência, educação e trabalho), os relatos em que as entrevistadas indicavam a interferência e o papel constitutivo da categoria nas possibilidades tanto de sonhar um trabalho, quanto de para ele se qualificar e nele se inserir. Como esperado, as experiências traduzem a heterogeneidade das condições de vida e de acesso aos bens materiais e ao patrimônio cultural. Passamos a apresentar alguns resultados que nos permitem avançar em uma análise interseccional da passagem da educação para o trabalho.

Em relação à educação, é possível afirmar a presença contínua de barreiras à continuidade dos estudos: seja pela permanência em instituições segregadas, seja pela forte presença de experiências de presunção de incapacidade, ou pela necessidade de contribuição precoce na geração de renda familiar. Os sonhos tratavam de “trabalhar”, poder gerar renda e, com isso, gozar de alguma autonomia na vida adulta, sendo que a formação em profissão específica ou realização de uma atividade laboral concreta, seria algo secundário ou mesmo inexistente, ainda que sua condição de classe permitisse a continuidade de estudos. A marca da percepção social da deficiência como inaptidão para a vida laboral comumente produziu uma trajetória na educação formal não vinculada ao mundo do trabalho. Situações de exceção foram identificadas em uma mulher que seguiu a profissão de familiares, no caso de uma musicista e em uma mulher que adquiriu a deficiência na vida adulta. Duas das mulheres, depois de adultas e inseridas no mundo do trabalho, cursaram Educação Superior.

Enquanto estudantes, essas mulheres também tiveram suas trajetórias impactadas pela ausência de políticas de cuidado nas instituições, contando com o apoio da família, sobretudo da mãe, para a oferta de suporte para necessidades básicas, como apoio no deslocamento, na alimentação, na higiene, assim como em elementos de acessibilização, como realização de registros e adequação de materiais.

As questões relacionadas a gênero não ocuparam a centralidade das narrativas, no entanto, há sutilezas que anunciam, por vezes, descrédito nas suas

capacidades e orientação na escolha por profissão, por atividades socialmente estabelecidas como femininas.

No que se refere ao trabalho, uma das entrevistadas não tem ocupação, seguindo, depois de quase 30 anos, frequentando instituição educacional segregada. As demais entrevistadas, neste momento, desenvolvem atividades remuneradas. Para a definição de atividades profissionais, as mulheres consideraram suas necessidades de suporte para a realização do trabalho. Cinco delas têm profissões estabelecidas e três têm trabalhos pouco qualificados, mas de caráter permanente.

Suas trajetórias escolares são marcadas por um certo pioneirismo - são as primeiras estudantes com deficiência a frequentar determinada etapa ou nível educacional.

A análise do conjunto indica que, para essas mulheres, a participação no mundo do trabalho envolve tanto sua identidade de mulher com deficiência como a de trabalhadora.

Há, nessa composição, sutilezas que fazem recair sobre suas possibilidades profissionais o estigma da limitação em razão da deficiência. Do ponto de vista interseccional, as relações de gênero que permeiam as relações profissionais interagem com o capacitismo⁴ e resultam no fato de que, ainda que tenham formação e capacitação, muitas vezes, são destinadas a atividades que estão aquém da sua qualificação.

Considerações finais

As experiências escolares das entrevistadas estão intrinsecamente relacionadas com sua participação no mundo do trabalho: o acesso à escola comum foi determinante para que pudessem ter oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho. A possibilidade de conclusão das etapas mais avançadas da escolarização também lhes garantiu condições para alcançar posições em que sua

⁴ O capacitismo é um sistema de opressão que produz e naturaliza a noção de uma corponormatividade baseada em um padrão corporal e cognitivo. O que se desvia dessa norma é tido como inferior e indesejável. Trata-se de uma lógica social que organiza instituições, práticas e saberes, governando os corpos por meio de mecanismos de exclusão e de produção de valor humano hierarquizado (Campbell, 2009).

qualificação profissional fosse critério de seleção, como já apontam estudos gerais sobre inserção no mundo do trabalho. Seus relatos apontam para situações que as mulheres vivenciam no mundo do trabalho e que as pessoas com deficiência encaram diariamente na sociedade.

O encontro com as barreiras no mundo do trabalho reproduz, em alguma medida, o que vivenciaram na escola. Os impedimentos que parte delas encontrou para ir à escola ou permanecer nela são os mesmos que outras encontraram para chegar ao mundo do trabalho - são obstáculos relacionados à acessibilidade, ao capacitismo estrutural, à ausência de políticas de cuidado, que sustentam a produção cotidiana de uma fadiga de acesso⁵ que marca suas experiências.

Referências

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

BRASIL. Infográfico. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Pessoas com Deficiência 2022. IBGE, 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil. Brasília, DF, 29 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CAMPBELL, F. K. Contours of Ableism: The Production of Disability and Abledness. Palgrave Macmillan, 2009.

COLLINS, P. H.; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONRAD, A. M. Access fatigue: Crip encounters in the politics of inclusion. *Feminist Review*, [s. l.], n. 125, p. 40–55, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26998253>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. In: Qualidade na pesquisa qualitativa. 2009. p. 196-196.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 2009.

⁵ A "fadiga de acesso" (access fatigue) descreve o desgaste físico e psíquico mental que as pessoas com deficiência experimentam em razão da necessidade constante de solicitar, negociar, justificar sobre a implementação de recursos acessibilidade, ou por efetivação de seus direitos (Conrad, 2021).

GARLAND-THOMSON, R. Feminist disability studies. *Signs: Journal of women in Culture and Society*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005.

GARLAND-THOMSON, R. *Extraordinary Bodies*. 1997.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 1963.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, in *Tempo Social*, V.26, n° nov., p.61-74, 2014.

HIRATA, H. *Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero*. 2015.

KERGOAT, D. Rapports sociaux et division du travail entre les sexes, in *Femmes, genre et sociétés, l'état des savoirs*, (dir.) M. Maruani, Paris, La découverte, 2005.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

Eixo temático prioritário 8: Deficiência: expressões históricas, Identidades, subjetividades, histórias de vida e narrativas de si

Eixo secundário 10: Raça, gênero e corpos com deficiência: interseccionalidade e desafios contemporâneos.

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

Pesquisa aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa da FEUSP. Parecer 087/2024 de 12/6/2024.